

Utopias de junho

LUÍS ANTONIO GROPPPO*

Resumo

Três são as dimensões utópicas discutidas neste texto: a espacial, a temporal e espaço-temporal. A dimensão espacial foi a mais presente nas utopias literárias, como a *Utopia* de Morus. A temporal, nas utopias revolucionárias dos séculos XIX e XX. Já a espaço-temporal manifesta-se em irrupções do desejo humano profundo de gerir sua própria vida. Com base em reflexão a respeito de bibliografia sobre as Jornadas de Junho de 2013, no Brasil, o artigo considera que parte dos protestos, em torno da luta pela redução da tarifa, conteve aspectos utópicos, em sua dimensão espacial – a imagem de uma cidade melhor – e em sua dimensão espaço-temporal – o anseio popular de retomar o controle dos seus destinos.

Palavras-chave: Jornadas de Junho de 2013; utopismo; Movimento Passe Livre; Thomas Morus.

Abstract

Three are the Utopian dimensions discussed in this text: spatial, temporal and space-time. The spatial dimension was present in the literary utopias, like *Utopia* of Thomas Morus. The temporal was present in the revolutionary utopias of the nineteenth and twentieth centuries. Already the space-time manifests itself in outbursts of deep human desire to manage his own life. Based on reflection on literature about the Days of June 2013, in Brazil, the article considers that part of protests around the struggle to reduce the tariff contained Utopian aspects in their spatial dimension – the image of a city best – and their space-time dimension - the popular desire to regain control of their destiny.

Key words: June 2013 Days; utopianism; Free Pass Movement; Thomas Morus.



* LUÍS ANTONIO GROPPPO é professor da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG); pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



Introdução

Este pequeno ensaio teve origem em um evento acadêmico que comemorou os 500 anos da publicação da *Utopia* de Thomas Morus. (MORUS, s.d.). Sua intenção era fazer algumas reflexões, a partir da noção de utopia, a respeito das Jornadas de Junho de 2013, evento-chave para compreender algumas das recentes transformações no cenário político do Brasil.

Para tanto, o artigo não foca propriamente a obra de Morus e seu contexto, o que será feito por outros textos deste dossiê, mas, citando-a brevemente e tratando de outros aspectos das utopias na modernidade, chega ao objetivo manifesto acima. Mais propriamente, o texto visa pensar parte das manifestações de Junho de 2013, em especial aquelas que estavam buscando a revogação do aumento das tarifas de ônibus, como contendo um forte conteúdo utópico. A tese que aqui se defende é a de que este conteúdo utópico se constitui a partir de uma combinação entre a utopia da cidade ideal (a utopia espacial) e a utopia da autonomia ou autogestão (a utopia espaço-temporal).

Começo manifestando minha concordância com Boaventura de Sousa Santos (2001, cap. 10) quando defende o valor das utopias: “A utopia é a exploração de novas possibilidades e vontades humanas, por via da oposição

da imaginação à necessidade do que existe, só porque existe, em nome de algo radicalmente melhor que a humanidade tem direito de desejar e por que merece a pena lutar” (SANTOS, 2001, p. 322). Santos afirma que a utopia deve se criar com base em novas combinações de elementos da realidade existente, o que significa que se torna necessária uma profunda compreensão da realidade para pensar a utopia. Para ele, não é da natureza da utopia ser realizada, mesmo que algumas ideias utópicas o tenham sido. A maior força da utopia é sua nova e radical compreensão do presente: “[...] a utopia é a metáfora de uma hipercarência formulada ao nível a que não pode ser satisfeita. O que é importante nela não é o que diz sobre o futuro, mas a arqueologia virtual do presente que a torna possível” (2001, p. 324). Assim, o mais poderoso na utopia talvez seja aquilo que ela diz sobre o presente, o olhar diferente e radical que lança sobre ele, mais até daquilo que projeta para o futuro.

O pensamento utópico, segundo Boaventura de Sousa Santos, é uma força crucial da modernidade e da contemporaneidade, potencializando a inventividade e a imaginação social. Não se trata de mera “ilusão” ou sonho ingênuo, mas sim, principalmente, de um exercício de recusa do presente e do conformismo. Seguir os passos das várias utopias talvez seja, ainda mais do

que conhecer os diversos modos radicais de conceber e combater o presente, um modo de compreender a modernidade e a contemporaneidade como nichos acolhedores de subversões do tempo e do espaço.

Espaços e tempos da utopia

A indicação de que a utopia tem diferentes dimensões vem do próprio Karl Mannheim, em *Ideologia e Utopia*. (MANNHEIM, 1986). Trata-se de uma obra que privilegia a utopia em seu aspecto temporal, como se verá. Mas o sociólogo húngaro, à certa altura, baseado por A. Doren, afirma que a utopia pode ser tanto “temporal” quanto “espacial”, mas não desenvolve tal ideia.

Ela ajudaria a entender as primeiras utopias literárias modernas. Diversas obras seguiram-se à *Utopia* de Morus. Entre as características principais destas obras, está a de pensar a utopia sobretudo na forma de cidades ideais, por vezes perfeitas. Eram utopias do espaço ideal, bem acabado, quase perfeito ou perfeito. A dimensão chave do pensamento utópico no início da modernidade era o espaço.

Morus imagina a sua utopia como um país ideal alhures, um mundo paralelo de felicidade e plenitude para o ser humano, individual e coletivamente. Sua descrição da ilha Utopia se abre exatamente com a descrição geográfica geral deste país, cujo isolamento e acidentes naturais tornavam praticamente impossível a sua invasão. Ela se tornava um mundo praticamente isolado das guerras e distúrbios presentes e possíveis, um mundo mesmo à parte dos outros mundos, os quais viviam sob constante tensão social e conflitos belicosos (MORUS, s.d.).

Mais tarde, em especial a partir do início do século XIX, outra dimensão seria mais forte no pensamento utópico: o

tempo. Formar-se-iam as utopias do futuro ideal. É preciso recordar que, no início do século XIX, de modo a princípio pejorativo, por Karl Marx e Engels (1988), o termo utopia é usado para desqualificar outras formas de socialismo anteriores ou rivais – taxadas como “socialismo utópico” por Marx e Engels, inferiores ao “socialismo científico” que eles propunham.

Ao longo do século XIX e XX, entretanto, o termo utópico, em geral associado a propostas socialistas de transformação social, passa não apenas a sofrer menos rejeições, como a ter, sobretudo, uma dimensão temporal. Ao conceituar utopia, no início do século XX, Karl Mannheim vai reforçar a dimensão temporal da utopia: proposta, ideal, projeção, expectativa, esperança ou certeza de uma sociedade ideal a ser construída no futuro. (MANNHEIM, 1986).

Mannheim concebe a utopia como um tipo diferente de ideologia. Uma leitura possível a respeito da utopia em Mannheim é a de que se trata da forma típica assumida pela ideologia na modernidade, quando o tempo e a história se aceleram. Nesse caso, não se trata de qualquer tipo de utopia, mas sobretudo da utopia temporal. Agora, a visão de mundo, a ideologia, precisa dar conta não apenas do espaço e do tempo presentes, mas também do movimento e do tempo futuro. Na concepção de Mannheim, as posturas liberal, nostálgica e progressista assumem a forma de diferentes tipos ideais de utopia: a ideia liberal-humanitária, a contra-utopia conservadora e a utopia socialista-comunista.

Segundo Mannheim, a utopia é um tipo de ideologia que se distingue por conter uma incongruência com a realidade: “um estado de espírito é utópico quando está em incongruência com o estado de

realidade dentro do qual ocorre”. Mas, para além disto, a utopia implica num abalo da ordem atual da realidade. Ou seja, na utopia a incongruência se define como a orientação “[...] para objetos que não existem na situação real”, mas que, ao se transformarem em conduta, abalam parcial ou totalmente “[...] a ordem das coisas que prevaleça no momento”. A utopia trata-se, portanto, de um “tipo de orientação que transcende a realidade e [...] ao mesmo tempo rompe as amarras da ordem existente” (MANNHEIM, 1986, p. 216). Difere do estado de espírito ideológico pelo fato do segundo não romper com a ordem existente, mesmo quando se orienta para objetos que transcendem a realidade (como a ideia do paraíso fora da sociedade, durante o período medieval europeu).

Há, contudo, ao menos dois poréns a essa hegemonia da noção temporal da utopia.

Primeiro, os chamados socialistas utópicos, ou os seus discípulos, lá no início do século XIX, não apenas vislumbraram ou escreveram sobre sociedades ideais ou perfeitas, a serem alcançadas pelo convencimento e esclarecimento. Eles também realizaram ou inspiraram experiências de comunidades vividas no tempo presente, como ensaios aqui e agora do futuro, como as cooperativas de produção de Robert Owen e os falanstérios de Fourier (criados por seus seguidores). Influenciaram direta ou indiretamente inúmeras comunidades, rebentos da sociedade ideal, criadas no continente americano, em especial nos Estados Unidos, no século XIX e início do XX. (WILSON, 1986). Entre os socialistas utópicos do século XIX, a utopia do futuro começava a se realizar já, no presente, ainda quando em “outro lugar”, em uma espécie de tentativa de conciliar a utopia temporal com a espacial.

O segundo porém é trazido pelo próprio

Mannheim (1986). Ele indicou a existência de uma quarta utopia, muito forte no início da modernidade, que ele chamou de “quiliasma orgiástico”, se referindo aos movimentos religiosos místicos e milenaristas, típicos do início da modernização, seja na Europa (século XVI) ou no Brasil (séculos XIX e início do XX). O quiliasma caracterizaria as primeiras formas utópicas surgidas na era moderna, marcando mesmo a passagem da ordem feudal à moderna na Europa, em que massas populares rebelaram-se contra a ordem em crise, reunidos em torno de formas renovadas de religião. Entre eles, os anabatistas e os seguidores de Tomaz Münzer. Mais que uma ideia ou um “pensamento” utópico, o quiliasma orgiástico tratava-se principalmente de uma experiência - ao mesmo tempo - de ordem espiritual, mística e física. O misticismo não via o tempo futuro como o da realização da utopia, mas vivenciava a utopia em experiências ocasionais e intensas no tempo presente, via acesso místico ao sagrado. Mannheim afirma que, no avançar da modernidade, a ocorrência de fenômenos históricos próximos do quiliasma diminuiu muito.

Mas não se tratava do fim da utopia, para Mannheim, ao contrário. Logo, as utopias encontrariam principalmente no terreno da política propriamente dita, mais do que na religião, seu espaço de atuação. Estava apenas iniciada a abertura do espaço da ação política e da história para a ação de novas classes sociais – em destaque a burguesia e o proletariado – e, portanto, de novas utopias. Podemos dizer que a noção hegemônica de utopia no século XX associou-a a revoluções socialistas e populistas-nacionalistas desse século. Elas foram como que grandes marchas revolucionárias para acelerar o tempo, via desenvolvimento ou socialismo.

Mas o século XX e o início do XXI conheceram uma outra configuração utópica, que pode ser descrita melhor com a imagem do movimento subterrâneo, uma dimensão espaço-temporal.

Essa dimensão espaço-temporal da utopia se manifesta, por exemplo, em diversas greves gerais ao longo do século XX, em especial na Europa, em que os operários buscavam assumir o controle das unidades de produção. (JULLIARD, 1968). Tratava-se da luta pela autonomia e autogestão, contra os alicerces do fordismo, que concedia direitos trabalhistas e bons salários em troca da obediência total no processo produtivo. Também, nos movimentos estudantis e de trabalhadores dos anos 1960, tendo 1968 como momento chave, em que o tema da autogestão e da autonomia foram centrais e uniram lutas de estudantes e trabalhadores na França e Itália. Em 1968, a tática da ocupação – de universidades, escolas e fábricas – foi fundamental. (GROPPO, 2006). Finalmente, podemos citar parte relevante do que foi o movimento antiglobalização, cuja fase ascensional é marcada pelo protesto em Seattle em 1999, contra as organizações multilaterais, como FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Mundial e OMC (Organização Mundial do Comércio), e contra o próprio capitalismo global e neoliberal. (SEOANE; TADDEI, 2001).

Creio que duas metáforas contribuem para descrever esta dimensão espaço-temporal da utopia.

Primeiro, a imagem dos desejos utópicos formando um rio subterrâneo, que desliza lentamente, mas que por vezes brota na superfície com enorme força e impacto. Trata-se da mesma imagem que George Woodcock (2002) usou para descrever os movimentos de matriz

anarquista, mas que valem para tantos outros movimentos e protestos. Segundo, sobre a natureza da corrente desse rio, a imagem de que é composta de um desejo profundo dos humanos pelo controle de suas próprias vidas. Há algo de vital nesta utopia espaço-temporal, que se expressa de modo contundente em revoltas sociais que são mesmo erupções de anseios profundos pela gestão de si mesmo, em ações efetivas de ocupações e experiências concretas de administração coletiva do espaço.

As utopias de junho

A reflexão sobre junho de 2013 guiou-se pelo estudo de diversas obras, mas, especificamente aqui, dois textos foram mais importantes: a obra coletiva organizada pela Editora Boitempo em conjunto com a revista Carta Maior, *Cidades rebeldes* (MARICATO et al., 2013) e o ensaio do filósofo brasileiro Paulo Eduardo Arantes, “Depois de junho, a paz será total” (ARANTES, 2014).

De início, a hipótese que motivou este estudo foi a de que as Jornadas de Junho de 2013, no Brasil, também foram uma manifestação desta terceira dimensão da utopia, a espaço-temporal. Como resultados, discutidos melhor adiante, a comprovação tanto da hipótese motivadora, quanto daquela anunciada no início do texto. Primeiro, que parte das manifestações das Jornadas de Junho, aquelas envolvidas na luta pela redução do aumento da tarifa, teve claro conteúdo utópico. Segundo, que não apenas a utopia espaço-temporal esteve presente, mas também a utopia espacial, ou seja, de que o caráter utópico de Junho reside em uma combinação entre o desejo de controlar a própria vida com a esperança de redenção da cidade.

Segundo Lincoln Seco (MARICATO et

al., 2013), pode-se afirmar que nas Jornadas de Junho ocorreram duas lutas ou duas pautas, das quais apenas a primeira teve claro conteúdo utópico, no meu entender. Primeiro, a “luta popular”, a partir da pauta da redução da tarifa do transporte público, luta convocada pelo Movimento Passe Livre (MPL) em diversas grandes cidades do país. Segundo, a “luta de massa”, a saber, um enorme conjunto de manifestações, com pautas múltiplas e difusas, que se seguiu ao apoio popular ao movimento pela redução da tarifa, depois da forte repressão policial e depois da grande mídia mudar seu discurso. A grande mídia tenta caracterizar esta “luta de massa” como patriótica, anti-partidos e antipolítica, legitimando as Jornadas mas trazendo ao evento um tom distinto daquele proposto pelo MPL. As manifestações, nesta luta de massa, têm espaço até para expressar posições conservadoras e direitistas, como na manifestação de comemoração da conquista da redução da tarifa em São Paulo, quando grupos direitistas impediram a entrada de militantes de partidos de esquerda com suas bandeiras (partidos cujos militantes tinham participado do movimento desde seu início).

Não pretendo tratar muito mais das manifestações caracterizadas como “luta de massa”. Elas merecem uma reflexão mais profunda, tal qual a que fez Arantes (2014), buscando entender quais relações entre os dois lados da luta, em Junho, é possível e necessário estabelecer para compreender melhor esse fenômeno, que marcou o início da ruptura de um consenso e de uma coalizão política, com sérias consequências as quais agora estamos vivendo.

Como dito, não é desta quebra da coalizão que pretendo tratar aqui, mas

sim, de modo mais otimista, busco apresentar potenciais ainda não efetivados de Junho, em especial as dimensões utópicas presentes na luta popular.

Sobre a dimensão espaço-temporal da utopia, considero que houve uma combinação entre o desejo profundo de controle da própria vida, de autogestão (a dimensão utópica espaço-temporal), com uma pauta política única e clara para a luta nas ruas, a redução da tarifa (uma dimensão estratégica e “realista” de política). A dimensão espaço-temporal da utopia, o desejo da autogestão, se conquistou antes pelo “meio” ou forma da revolta, do que no próprio objetivo declarado. Assim afirmou o MPL de São Paulo (MPL-SP):

A cidade é usada como arma para sua própria retomada: sabendo que o bloqueio de um mero cruzamento compromete toda a circulação, a população lança contra si mesma o sistema de transporte caótico das metrópoles, que prioriza o transporte individual e as deixa à beira do colapso. Nesse processo, as pessoas assumem coletivamente as rédeas da organização de seu próprio cotidiano. (MARICATO et al., 2013, p. 10).

Esse trecho do MPL-SP contém, entre outros, os seguintes temas: a participação via autogestão; novas maneiras e métodos de fazer política; e o tema da ocupação, como resposta popular diante do seu alheamento em relação aos processos decisórios na política e à falta de expressão pública de parte importante da população.

Mas a luta popular de Junho também teve outra dimensão utópica, a espacial. Segundo João Alexandre Peschanski (MARICATO et al., 2013), no horizonte do MPL estava o “passe livre” – o livre acesso gratuito de todos ao transporte público. Trata-se de uma utopia realista e

que cabe até mesmo dentro do capitalismo. Na verdade, o próprio capitalismo precisaria do passe livre para atenuar alguns de seus problemas ambientais e de mobilidade urbana. Mas, acima de tudo, o passe livre cabe melhor em uma sociedade de tipo “eco-socialista” vislumbrada por militantes do MPL. Penso que se flagra aqui outra dimensão utópica de Junho de 2013, a dimensão espacial, no vislumbre da “cidade ideal”.

As manifestações de Junho de 2013 teriam sido um grande incêndio originado a partir de uma fagulha em uma pradaria seca, segundo Carlos Vaineer (MARICATO et al., 2013). A fagulha foram os protestos contra o aumento da tarifa. A pradaria são as cidades distópicas. A utopia espacial de Junho é uma contraposição à distopia vivida no presente, definindo-se distopia como uma sociedade ou cidade (des)organizada desde os princípios negativos que regem a realidade levados ao seu extremo.

Maricato (MARICATO et al., 2013) afirma que os temas da questão urbana e da reforma urbana, pautas nos anos 1980 e início dos 1990, foram enfim abandonadas pelo poder público em favor de sua política de coalizão pelo crescimento e da adoção de estratégias pró-mercado para lidar com o urbano – incluindo o Programa Minha Casa, Minha Vida. Mesmo com aumento de renda e de consumo, não se resolveu o problema da falta de urbanidade e da precariedade dos serviços públicos de educação e saúde, bem como a qualidade dos transportes públicos e a dualidade da condição urbana – em que continuam se contrapondo favela e asfalto, ilegal e legal, permanente e provisório. Como resultado, o aumento do preço dos imóveis em grandes cidades, leis de terra urbana flexibilizadas ou modificadas,

expulsão dos pobres para a periferia da periferia diante da disputa por terras com o capital imobiliário, invasão de áreas de proteção ambiental, retomada de despejos violentos e incêndios em favelas bem localizadas. A condição dos transportes é o que mais sacrifica a população. Por exemplo, o tempo médio de viagens em São Paulo era de 2h42min em 2007 – para um terço dos paulistanos, era de mais de 3h. A desoneração do preço dos automóveis em combinação com transporte público ruim dobrou o número de carros nas cidades. A velocidade média dos automóveis em São Paulo, no horário entre 17h e 20h, em 2012, foi de 7,6 km/h, quase igual à velocidade da caminhada.

As obras para os megaeventos, Copa do Mundo e Olimpíadas, só pioraram a situação. Segundo Carlos Vaineer (MARICATO et al., 2013), para a Copa do Mundo, além de ser criada uma legislação que violava o Estatuto do Torcedor, obras foram responsáveis pela remoção forçada de 200 a 250 mil pessoas. Agudizam-se problemas já conhecidos, como favelização, informalidade, serviços precários ou inexistentes, degradação ambiental, desigualdades profundas, congestionamentos e violência urbana.

Em oposição à realidade distópica, Junho de 2013 foi uma mobilização que, em parte, reativou dimensões da utopia. Como dito, Junho de 2013 combinou a utopia espaço-temporal – do rio subterrâneo e dos desejos profundos – com a utopia espacial, da cidade ideal. Raquel Rolink (MARICATO et al., 2013, p. 13) usa outra metáfora, a do terremoto “que perturbou a ordem de um país que parecia viver uma espécie de vertigem benfazeja de prosperidade e paz” e “fez renascer em nós a utopia”, criando fissuras (e, no fim, iniciando a destruição) da aliança entre forças

representantes do que há de mais atrasado no país (hoje, no poder) com as forças que representavam os impulsos de mudança vindos da luta contra a ditadura e pela redemocratização.

Apesar das imagens do rio subterrâneo e do terremoto, não é correto concluir que se tratou de uma revolta “espontânea” – argumento costumeiro em momentos em que os intelectuais orgânicos (da ordem ou da oposição) se veem surpreendidos por movimentos sociais. Por exemplo, segundo Carlos Vaineer (MARICATO et al., 2013), em relação aos megaeventos, formaram-se organizações para denunciar e resistir aos seus efeitos negativos desde o Pan-Americano no Rio, por meio do Fórum Social do Pan, criado em 2005. Em 2010, começaram as articulações para criar os Comitês Populares da Copa e a Ancop (Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa). Outras organizações e movimentos presentes de algum modo em Junho também tiveram trajetórias bastante consistentes antes de 2013, destacando-se o MPL, com ações importantes desde a Revolta do Buzu, em Salvador, em 2003. Mas também devem ser citados o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, a Central dos Movimentos Populares e o Movimento Nacional de Luta pela Moradia.

Considerações finais

Nos 500 anos de publicação da *Utopia* de Thomas Morus, tem se discutido o legado de sua obra, mas também a respeito das dimensões utópicas das práticas políticas concretas que esta obra expressa ou veio a influenciar.

O livro *Utopia* é, sobretudo, uma utopia espacial, a descrição da cidade ideal. Por sua vez, Junho de 2013 foi uma insurgência pela retomada da cidade, do desejo de tornar a cidade mais humana, de todos poderem usufruir de suas

benesses. Segundo David Harvey (MARICATO et al., 2013), era a revolta pelo direito ao próprio desejo, o de desejar outra cidade, com mobilidade, convívio entre os diferentes e bons equipamentos públicos de educação, saúde, cultura e lazer. Vislumbrou-se até mesmo uma sociedade alternativa eco-socialista.

Por outro lado, a força da utopia é também a força deste rio subterrâneo, do desejo humano de poder tomar as rédeas de sua própria vida, de poder se autogovernar, algo que vem atravessando o tempo e os espaços da modernidade e contemporaneidade. É a utopia em sua dimensão espaço-temporal, dos desejos humanos profundos que por vezes sacodem a terra como um terremoto. Junho de 2013 foi mais uma expressão desta vontade humana profunda de se autogerir, e que exercitou esta vontade auto-organizando bloqueios, protestos, resistência à violência policial e resistência à rotina dos processos políticos decisórios desde o alto.

Não podemos esquecer, entretanto, que no dia a dia as distopias continuam mais presentes, avassalando esta imagem e desejos utópicos: na cidade negócio, na cidade sitiada, na violência ilegítima e inconstitucional da polícia contra manifestações e protestos, na forma arrogante e truculenta com que as elites tradicionais têm usado os poderes da mídia, do Judiciário, do Legislativo e, agora, do Executivo, para fazer regredir o nosso direito à cidade, nossa cidadania.

Não podemos esquecer também como estes poderes foram bem-sucedidos, ainda em Junho de 2013, no esvaziamento da radicalidade dos protestos, justamente pelo apoio a manifestações com pauta difusa e aberta, com cor mais verde e amarela que preta ou vermelha, de tom anti-partidário e

moralista, por vezes conservador.

Ainda assim, louvo os que trabalham cotidianamente para aumentar a vazão deste rio subterrâneo de desejos humanos plenos, aguardando o (inesperado) dia que vêm à tona e sacodem as certezas, transformando-as em ilusões.

Referências

ARANTES, Paulo. Depois de junho a paz será total. In: _____. **O novo tempo do mundo: e outros ensaios sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014, cap. 5, p. 353-460.

GROPPO, Luís A. **Autogestão, universidade e movimento estudantil**. Campinas: Autores Associados, 2006.

JULLIARD, J. Syndicalisme révolutionnaire et révolution étudiante. **Esprit**. n. 372, Paris, p. 1037-1045, jan.-jul. 1968.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**, 4ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MARICATO, Ermínio et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARX, KARL; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**, Petrópolis: Vozes, 1988.

MORUS, Thomas. **A Utopia**, Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**, 8ª ed., São Paulo: Cortez, 2001.

SEOANE, J.; TADDEI, E. (Orgs). **Resistencias mundiales**. De Seattle a Porto Alegre, Buenos Aires: Conselho Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), p. 153-168, 2001.

WILSON, Edmund. **Rumo à Estação Finlândia**, São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

WOODCOCK, G. **História das idéias e movimentos anarquistas**, Vol. 1: A idéia, Porto Alegre: L&PM, 2002.